

A TURQUIA E O IRÃ NA POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE PARA O ORIENTE MÉDIO DURANTE A GUERRA FRIA

Lucca Simonetti Munhoz¹

RESUMO

O artigo examina a política externa e militar dos Estados Unidos, conduzida a fim de conter a influência soviética no Cáucaso e no Oriente Médio, bem como analisa as doutrinas da Guerra Fria, na sua fase inicial, como as de contenção, Truman, Eisenhower, as doutrinas posteriores e documentos correlatos. Afirma-se que a Turquia e o Irã, países do Grande Cáucaso, passaram a ser pilares para a sustentação da estratégia estadunidense para o Oriente Médio e o Mediterrâneo Oriental. Aqueles países, relacionados com os Estados Unidos por meio do bloco político-militar CENTO, serviram inicialmente como atores principais das doutrinas da Guerra Fria no Cáucaso, no Mar Negro, no Mediterrâneo Oriental, com extensão ao Oriente Médio, até que este bloco da Guerra Fria entrasse na obsolescência e se dissolvesse, ao ter sepultado aquelas doutrinas consideravelmente antes do fim da Guerra Fria.

Palavras-chave: Guerra Fria. Doutrinas. Política externa estadunidense. Irã. Turquia. Pacto de Bagdá. CENTO.

Abstract

The article examines the US foreign and military policy to counter the Soviet influence in the Caucasus and the Middle East as well as analyzes the doctrines of the Cold War, in its early stage, such as those of containment, Truman, Eisenhower and following doctrines and correlated documents. It is asserted that Turkey and Iran, countries of the Greater Caucasus, were made pillars to support the American strategy in the Middle East and the Eastern Mediterranean. Those countries, related to the United States through the political-military bloc of CENTO, served initially as key players of the Cold War doctrines in the Caucasus, the Black Sea, the Eastern Mediterranean, with an extension to the Middle East, until that bloc of the Cold War entered into obsolescence and was dissolved, to have buried those doctrines well before the end of the Cold War.

Keywords: Cold War. Doctrines. US foreign policy. Iran. Turkey. Baghdad Pact. CENTO.

1 Graduando de Relações Internacionais pela UFRJ, membro do GPPI e do LEPCáucaso, Bolsista PIBIC/CNPQ do Laboratório de Estudos dos Países do Cáucaso, e-mail: lsimonettimunhoz@gmail.com
Orientado pelo Prof. Dr. Alexander Zhebit, professor associado pela UFRJ, coordenador do GPPI e do LEPCáucaso, e-mail: alex@cfch.ufrj.br

1. Introdução

A Guerra Fria foi convencionada como o período desde 1947 até 1989, dentro do qual a política internacional foi caracterizada pela confrontação de duas superpotências disputando a hegemonia global. Os Estados Unidos da América e a União Soviética, liderando seus respectivos blocos político-militares, empreenderam, ao longo do período, uma série de estratégias e doutrinas com a intenção de adquirir o alinhamento de outros Estados ao seu próprio projeto hegemônico global a fim de derrotar o adversário.

Durante o período inicial do conflito, as superpotências buscaram formular grandes estratégias. Os Estados Unidos, inspirados pelo “longo telegrama”² do oficial diplomático em Moscou, George F. Kennan, delinearam, em 1950, uma doutrina de contenção que se baseava no estabelecimento de “regimes amigáveis” ao redor das fronteiras da União Soviética com a intenção de reduzir o poder e a influência do poder soviético (NSC-68, 1950, p. 56, tradução livre), impedindo a expansão de sua zona de influência e de governos alinhados ao Estado soviético. A doutrina se baseava, portanto, na contenção do poder político, ideológico e militar soviético, e, dentre suas muitas vertentes precisava contar com o alinhamento de uma série de Estados estrategicamente selecionados e posicionados nos flancos do território soviético e na Ásia, incluindo regiões como o Oriente Médio, o Extremo Oriente, e o Sudeste Asiático.

Dentre estes, um dos mais relevantes foi o Oriente Médio, que até o final da Segunda Guerra Mundial era considerado uma zona de influência colonial e pós-colonial anglo-francesa. Desde o início da Guerra Fria, o Oriente Médio tornou-se uma área de intensa disputa política, econômica e ideológica entre as duas superpotências. Com o enfraquecimento gradual da influência dos Estados imperiais europeus no Oriente Médio e no Mediterrâneo Oriental, a região veio a se tornar um palco do exercício incremental da hegemonia dos Estados Unidos. Para aumentar a sua influência sobre as nações em estado progressivo de descolonização, Washington empregou uma série de doutrinas e estratégias, sendo duas das mais famosas as doutrinas Truman (1947) e a Eisenhower (1957), voltadas ao estabelecimento de uma zona de contenção contra a União Soviética no Mar Negro, no Cáucaso, no Golfo Pérsico, e no Oceano Índico. Essas estratégias seriam amplamente executadas de acordo com o exposto na NSC-68, um documento ultrassecreto do Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos que, além de explicitar os motivos ideológicos da ameaça soviética e do perigo da adição de armas nucleares ao seu arsenal, detalhava os objetivos e intenções das duas superpotências e planejava o curso de ação a ser tomado por Washington.

Dessas estratégias surgiu o projeto da organização do pacto de Bagdá³, que compreendia, além do Reino Unido, uma série de quatro Estados (Turquia, Iraque, Irã e Paquistão) localizados ao sul da União Soviética e cuja posição estratégica e capacidade político-militar os tornou peças-chave na estratégia estadunidense de contenção. Dentre estes, em especial a República da Turquia e o Estado Imperial do Irã se estabeleceram como aliados fundamentais aos

2 O “longo telegrama” foi um telegrama escrito pelo oficial diplomático dos EUA em Moscou, George F. Kennan, e recebido em Washington em 22 de fevereiro de 1946. Kennan explicou em seu telegrama os motivos da conduta soviética hostil ao mundo capitalista do Ocidente e inspirou a doutrina de contenção que se consolidou posteriormente com a doutrina Truman, em março de 1947, e a NSC-68, em abril de 1950.

3 A partir de 1958, com a saída do Iraque, o pacto passou a ser denominado CENTO (*Central Treaty Organization*).

Estados Unidos para a manutenção da influência ocidental no Oriente Médio, no Golfo Pérsico, e no Mediterrâneo Oriental, e na contenção tanto da influência soviética quanto do crescimento de tendências nacionalistas, pan-arabistas e antiocidentais, que poderiam prejudicar o domínio ocidental das maiores reservas mundiais de petróleo presentes na região.

2. O surgimento da doutrina de contenção

O conceito de contenção surgiu com George F. Kennan com o Longo Telegrama, em 1946, o qual foi posteriormente publicado como o artigo *The Sources of Soviet Conduct* por Kennan sob o pseudônimo “X” na revista *Foreign Affairs*. A importância do telegrama consistia tanto na autoridade pública de quem o escrevera (um oficial diplomático dos Estados Unidos baseado em Moscou) e no fato de ser o primeiro documento a explicitamente sugerir uma estratégia de contenção a longo prazo da União Soviética no pós-Segunda Guerra Mundial. Kennan, quanto à questão sobre os fatores que explicariam o recente comportamento não cooperativo da política externa soviética, argumentou que se tornou “necessário justificar a retenção da ditadura enfatizando a ameaça do capitalismo no exterior”⁴ (KENNAN, 1947, p. 570, tradução livre). Isso queria dizer que, segundo Kennan, Moscou encarava os perigos internacionais, enfrentados pela União Soviética, não baseado na realidade factual do antagonismo externo, mas na necessidade de justificar a manutenção da autoridade ditatorial. Kennan ainda afirmava, em seu telegrama, que Moscou “ainda vive em um ‘cerco capitalista’ antagônico com o qual não pode haver coexistência pacífica permanente”⁵ (KENNAN, 1946, p. 1, tradução livre). Portanto, para ele, dificilmente haveria a possibilidade de colaboração com os Ocidentais e “isso significa que vamos continuar por um longo tempo a achar difícil de lidar com os russos”⁶ (KENNAN, 1947, p. 572, tradução livre).

Kennan explicita que a União Soviética, por estar lidando com conceitos ideológicos, não teria pressa em completar seu objetivo de expansão do regime comunista, e se limitaria, portanto, a estar sempre aplicando pressão na direção desse objetivo. Contudo, por outro lado, seria um adversário sobre o qual uma vitória única e derradeira seria impossível. Por esses fatores, Kennan argumentava em favor de “uma contenção a longo prazo, paciente, mas firme, e vigilante das tendências expansivas soviéticas”, como a única política possível de ser aplicada pelos Estados Unidos. A pressão soviética poderia ser contida pela “aplicação ágil e vigilante de contra força em uma série de pontos políticos e geográficos em constante movimento, correspondentes aos movimentos da política soviética”⁷ (KENNAN, 1947, p. 576, tradução livre). Pode-se entender estes pontos como as áreas estratégicas vitais sobre as quais a União Soviética exercia sua pressão expansiva, citadas por Kennan como sendo Bornholm⁸, a Espanha (Gibraltar), e mais relevante a este trabalho, a Turquia e o Irã.

4 “[...] it became necessary to justify the retention of the dictatorship by stressing the menace of capitalism abroad”.

5 “[...] still lives in antagonistic ‘capitalist encirclement’ with which in the long run there can be no permanent peaceful coexistence”.

6 “This means that we are going to continue for a long time to find the Russians difficult to deal with.”

7 “the adroit and vigilant application of counter-force at a series of constantly shifting geographical and political points, corresponding to the shifts and manouvres of Soviet policy.”

8 Bornholm (ou Boríngia), citada por Kennan em seu telegrama, é uma ilha dinamarquesa que foi brevemente ocupada pelas forças armadas soviéticas durante a liberação da Europa na fase final da Segunda Guerra Mundial. A União Soviética deixou a ilha em abril de 1946, dois meses depois de Kennan escrever o seu telegrama.

A doutrina de contenção foi transferida para o campo da ação em primeiro lugar com a Doutrina Truman, de 1947, considerada o momento inaugural da Guerra Fria, que prometia auxílio financeiro e econômico aos governos da Grécia e da Turquia, em uma tentativa de combater movimentos comunistas revolucionários na Grécia, e a possível influência soviética. No discurso, realizado em 12 de março de 1947 perante uma sessão conjunta do Congresso, Truman explicou seus receios quanto ao sucesso de uma tomada de poder pelos comunistas na Grécia: “Se a Grécia cair perante o controle de uma minoria armada, os efeitos sobre seu vizinho, a Turquia, seriam imediatos e sérios. Confusão e desordem podem se espalhar por todo o Oriente Médio”⁹ (TRUMAN, 1947, tradução livre). Apesar de reconhecer que a maior parte dos problemas na guerra civil grega era de origem doméstica, Washington também receava que uma vitória comunista na Grécia seria uma imensa vitória para Moscou e um precedente perigoso, além de uma ameaça séria à influência anglo-americana no Oriente Médio e no Mediterrâneo (LITTLE, 2008, p. 123). A Doutrina Truman, portanto, se revelou a primeira estratégia destinada a evitar a possibilidade de formação de uma zona de influência da União Soviética nos Bálcãs e no Cáucaso através de uma vitória comunista na Grécia, que serviria para inspirar muito do planejamento de política externa que os Estados Unidos adotaram no curso da Guerra Fria.

O documento que formalmente explicitaria o planejamento dos Estados Unidos para a Guerra Fria e consolidaria a contenção como estratégia a ser tomada foi a NSC-68¹⁰, de 14 de abril de 1950. Nela, torna-se clara a percepção dos formadores de política norte-americanos da incompatibilidade entre os ideais dos Estados Unidos e da União Soviética, argumentando com uma oposição dualista entre “liberdade e escravidão”. O documento parece influenciado pelo telegrama de Kennan no sentido de considerar a União Soviética por essência oposta ao Ocidente e cujo único objetivo é a expansão e consolidação de seu próprio poder absoluto. O objetivo primário da União Soviética, portanto, necessitaria da “extensão dinâmica da sua autoridade e a eliminação definitiva de qualquer oposição efetiva à sua autoridade”¹¹ (NSC-68, 1950, p. 6, tradução livre). Com ela, a negociação seria improvável, sendo mais eficiente uma contenção a longo prazo até que o regime soviético se arruine por si só. O documento possui similaridades à ideia de Kennan que “o poder soviético [...] carrega consigo as sementes de sua própria queda”¹² (KENNAN, 1947, p. 580, tradução livre).

Sobre contenção, a NSC-68 explica como sendo uma política que, aquém da guerra, adota todos os meios necessários para: 1) bloquear a expansão do poder soviético; 2) expor as falsidades das pretensões soviéticas; 3) induzir uma retração do controle e da influência do Kremlin; 4) espalhar as sementes da destruição dentro do regime soviético, de forma que o Kremlin necessite ao menos modificar o seu comportamento para sujeitar-se aos padrões internacionais geralmente aceitos. Para tal, o documento defende um aumento massivo das capacidades e do poder militar dos Estados Unidos, a fim de que possam responder globalmente onde quer que a União Soviética esteja ameaçando engrandecer sua influência. Ademais, considera uma estratégia fundamental o “desenvolvimento de poder político, econômico e militar

9 “If Greece should fall under the control of an armed minority, the effect upon its neighbor, Turkey, would be immediate and serious. Confusion and disorder might well spread throughout the entire Middle East.”

10 A Report to the National Security Council by the Executive Secretary on United States Objectives and Programs for National Security

11 “[...] the dynamic extension of their authority and the ultimate elimination of any effective opposition to their authority”.

12 “that Soviet power, [...], bears within it the seeds of its own decay”.

no mundo livre”, o qual só considera possível sob um “escudo” fornecido pelos Estados Unidos que possa servir como dissuasor contra expansão ou agressão soviética (EUA, 1950, p. 54). Essas estratégias traçadas na NSC-68 seriam de fato aplicadas na política externa dos Estados Unidos para o Oriente Médio durante a Guerra Fria.

3. O Oriente Médio no início da Guerra Fria e as pressões soviéticas

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Oriente Médio havia se configurado como um terreno de guerra importante, abarcando os avanços dos Aliados contra as posses coloniais da França de Vichy e providenciando apoio logístico para a “Guerra do Deserto” no Norte da África contra os alemães. Ademais, caso a Alemanha nazista obtivesse sucesso em seu avanço contra a União Soviética e conseguisse um controle do Cáucaso, os Aliados rapidamente veriam o Oriente Médio como primeira linha de defesa entre as forças de Hitler e aos protetorados e domínios britânicos orientais e na Índia. Mais importante ainda, contudo, era a vasta presença de recursos energéticos importantíssimos para a manutenção da máquina de guerra Aliada, sobretudo o petróleo. Nesse sentido, era imprescindível manter esses territórios sob a administração colonial e domínio britânico e evitar a sua queda perante uma invasão do Eixo. Por fim, em consequência das derrotas das forças do Eixo em Stalingrado, no Cáucaso e no Norte da África, as forças nazifascistas foram impedidas de ocupar a região estrategicamente tão relevante.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o advento da Guerra Fria, o Oriente Médio assumiu uma nova importância e igualmente adquiriu novos sentidos estratégicos. O acesso aos recursos energéticos da região agora era fundamental para alimentar a reconstrução da Europa em face da destruição causada pela guerra. Amplamente elaborada no que se conhece como Plano Marshall, essa reconstrução era vital para os Estados Unidos no sentido de assegurar a aliança dos Estados europeus e, sobretudo, impedir a chegada ao poder de partidos e movimentos comunistas em um cenário de crise. Essa preocupação fez o Oriente Médio figurar com grande proeminência no cálculo estratégico dos Estados Unidos, considerando que a Europa Ocidental, por volta de 1951, importava 80% de seu petróleo da região (GADDIS, 1997, p. 165).

O Oriente Médio também possuía importância elevada devido à sua localização única: nas encruzilhadas entre o Ocidente e o Oriente. A região se configurava como um ponto de passagem e conexão fundamental, cuja posição mais vital é o Canal de Suez, então uma posse britânica, a principal via de ligação marítima entre a Europa e a Ásia, e, portanto, fundamental não apenas para o comércio internacional, mas também para a logística de guerra dos Estados Unidos e de seus aliados. Ademais, segundo Gaddis (1997, p. 165), as bases aéreas britânicas na região davam aos bombardeiros norte-americanos alcance a 94% das refinarias de petróleo da União Soviética, no evento de uma guerra. Finalmente, conforme o prosseguimento da Guerra Fria, as instalações militares dos Estados Unidos no nordeste do Irã eram fonte vital de informações referentes ao desenvolvimento e teste de mísseis da União Soviética, uma vez que observavam as importantes instalações de Tiuratam e Baikonur, estes últimos no Cazaquistão, que “forneciam sinais diretos e inteligência de telemetria sobre as capacidades e testes de mísseis soviéticos” (BARRETT, 2007, p. 80).

Dessa forma, fica claro o quão relevante essa região era para a doutrina estadunidense

de contenção e, portanto, a necessidade estratégica de investir para trazer a região para a sua esfera de influência. Contudo, a tarefa não era necessariamente simples, uma vez que muitos países do Oriente Médio no pós-Segunda Guerra Mundial se encontravam sob dinâmicas muito próprias que em muito dificultariam a sua colaboração com o Ocidente. Com o aumento da força e da quantidade de movimentos nacionalistas, sobretudo pan-arabistas, uma parte da região estava em situação de revolta contra o colonialismo anglo-francês. Os Estados Unidos, dessa forma, possuíam o receio de que a União Soviética se aproveitaria dessa onda nacionalista e anticolonial para promover a sua própria influência na região, como fizera no Sudeste Asiático. De forma semelhante, inquietavam-se com a perspectiva de que uma diminuição da influência europeia resultaria em um vácuo de poder que poderia ser preenchido pelos soviéticos (GADDIS, 1997; LITTLE, 2008).

O agravante era a crescente associação dos Estados Unidos da América com o imperialismo europeu, sobretudo do Reino Unido, dada a aliança existente entre ambos. Tentativas de ação conjunta na região e de manutenção da presença militar e econômica britânica resultariam ao longo da primeira metade da década de 1950 em uma percepção desfavorável da política estadunidense na região, exemplificada pela liderança de Gamal Abdel Nasser do Egito, que advogava pela nacionalização do Canal de Suez e pela retirada do Reino Unido da região, e considerava a presença britânica um problema de muito maior relevância do que um possível aumento da influência soviética (BARRETT, 1997; LITTLE, 2008). Nasser considerava as “preocupações terríveis dos Estados Unidos e do Reino Unido quanto à ameaça soviética como uma cobertura retórica feita para ocultar uma ameaça muito mais grave à independência árabe: o imperialismo britânico”¹³ (LITTLE, 2008, p. 126, tradução livre). Trabalhar, portanto, com os Estados árabes a esse respeito se provaria um empreendimento infrutífero das administrações Truman e Eisenhower no princípio da Guerra Fria.

Isso não é dizer que não existiam ameaças concretas de incursão no Oriente Médio representadas pela União Soviética. De fato, algumas das primeiras crises da Guerra Fria se deram nessa região, representadas por tentativas de Stalin de manter ou expandir a sua zona de influência no flanco meridional. A crise do Irã e a *démarche* soviética sobre os Estreitos turcos se deram em 1945-1946, e representaram um momento crucial para a percepção em Washington de que era necessário o planejamento de uma política concreta com relação à oposição às ações soviéticas no Oriente Médio, como já haviam formulado para a Europa Ocidental e o Leste Asiático (LITTLE, 2008, p. 120 - 121). Caso contrário, arriscariam perder considerável controle da região e permitir que a União Soviética ameaçasse tanto “a ordem global anglo-americana”, quanto a hegemonia marítima do Reino Unido no Mediterrâneo. “Portanto, o movimento para o sul era um ataque direto aos fundamentos geoestratégicos e econômicos da ordem global anglo-americana”¹⁴ (WOLFF, 2011, p. 8, tradução livre).

A crise do Irã surgiu depois da ação conjunta da União Soviética e do Reino Unido para a ocupação do Irã durante a Segunda Guerra Mundial com a intenção de providenciar uma via de acesso eficiente e segura de equipamentos, veículos e suprimentos de guerra para o Exército Vermelho no front oriental europeu como parte do programa *Lend-Lease*¹⁵, patrocinado pelos

13 “dire U.S. and U.K. concerns about the Soviet menace as a rhetorical fig leaf designed to conceal a far graver threat to Arab independence: British imperialism.”

14 “Thus, the move south was a direct attack on both the geostrategic and economic underpinnings of the Anglo-American world order.”

15 A política do *Lend-Lease* (*An Act to Promote the Defense of the United States*) foi um programa executado pelos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial através do qual fornecia mantimentos, combustível,

Estados Unidos, a fim de negar às forças alemãs acesso aos abundantes recursos energéticos presentes no país. Como parte de tal operação, tropas do Exército soviético ocuparam o noroeste do Irã. No entanto, adiaram a sua retirada uma vez que a guerra findara, enquanto buscavam negociar com o governo iraniano concessões na exploração de petróleo e apoiando a autonomização do Azerbaijão e do Curdistão iranianos através do apoio a movimentos separatistas (WOLFF, 2011, p. 11). Essa ação violava o que havia sido acordado no Tratado Tripartite, assinado em 29 de janeiro de 1942 entre a União Soviética, o Reino Unido e o Irã, quanto à preservação pelas partes contratantes da soberania e da integridade territorial do Irã, além da demanda no artigo 5º de que as tropas deveriam se retirar não mais do que seis meses após o fim da guerra. Uma vez que os soviéticos não respeitaram o prazo de dois de março de 1946, as preocupações cresceram no Irã quanto ao “imperialismo soviético” e o país enviou uma moção contra a União Soviética ao Conselho de Segurança das Nações Unidas com a intenção de buscar apoio internacional (GADDIS, 1997, p. 164; WOLFF, 2011, p. 11).

A crise trouxe o Irã à atenção dos formadores de política em Washington. Utilizando-se de uma estratégia de “dois canos”, os Estados Unidos foram capazes de patrocinar uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que decretava a presença soviética no Irã como uma ameaça à paz mundial, enquanto soltavam sinais vagos de que os Estados Unidos estariam dispostos a utilizar forças armadas para expulsar os soviéticos do Azerbaijão iraniano, caso necessário (LITTLE, 2008, p. 121). Embora essas medidas tenham sido menos eficazes do que a negociação direta entre Moscou e Teerã para a retirada definitiva das tropas soviéticas do Azerbaijão iraniano, que ocorreu por fim em abril de 1946, a crise do Irã teve o efeito de consolidar os temores no Ocidente e aumentar os receios do Irã quanto a uma investida da União Soviética na direção sul, ao mesmo tempo em que severamente prejudicou a posição de Stalin no Oriente Médio, criando uma ideia de “imperialismo soviético” (GADDIS, 1997; LITTLE, 2008).

Simultaneamente, se desenvolvia uma crise similar no Mediterrâneo Oriental, dessa vez relacionada à República da Turquia e o regime dos estreitos do Bósforo e dos Dardanelos, cuja regulação ocorria desde 1936 de acordo com a Convenção de Montreux, garantindo ao Estado turco completa soberania sobre os Estreitos. Em junho de 1945, o Ministro de Negócios Estrangeiros da União Soviética, Vyacheslav Molotov, tratou com o embaixador turco em Moscou, Selim Sarper, sobre a proposta do estabelecimento de uma base militar soviética nos estreitos turcos, o que foi interpretado como uma “reemergência” da política tradicional russa com relação à Turquia (ÇALIŞ, 2017, p. 62; WOLFF, 2011, p. 11). Diante das pressões soviéticas, Ancara voltou-se ao Ocidente em busca de apoio. Apesar de reticências iniciais, a ameaça ressoou fortemente em Washington e Londres, dada a preocupação de que as demandas soviéticas com relação à Turquia, se exitosas, poderiam se traduzir em uma competição real por poder naval no Mediterrâneo Oriental, região de influência tradicional britânica.

Após complicações na Conferência de Potsdam evidenciarem as divergências entre os Estados Unidos e a União Soviética, aumentaram os medos em Washington quanto à expansão da influência soviética e, por consequência, a necessidade de apoiar a Turquia quanto à questão dos Estreitos, sobretudo devido à importância de sua localização geográfica (OSKAN, 2012, p.

e outras formas de auxílio material à União Soviética, ao Reino Unido, à França Livre, e a outras nações aliadas. Uma das principais rotas de suprimento à União Soviética aconteceu através do “corredor persa”, ou seja, utilizando o território iraniano para chegar ao *front* no Cáucaso e em Stalingrado.

70). Os Estados Unidos consideravam que, caso a União Soviética obtivesse êxito em adquirir controle dos Estreitos como desejado, “se tornaria extremamente difícil, se não impossível, evitar que a União Soviética obtenha controle sobre a Grécia e todo o Oriente Médio”¹⁶ (LITTLE, 2008, p. 122, tradução livre). Paralelamente, o declínio da capacidade real do Reino Unido de exercer a sua influência na região demandou uma cooperação com os Estados Unidos quanto à responsabilidade de manter a segurança na região, contrariando as expectativas de Stalin quanto a uma competição entre duas potências imperialistas rivais (WOLFF, 2011, p. 13). Em conjunto com o risco de uma vitória comunista na Grécia, as pressões de Stalin sobre os Estreitos turcos motivaram os Estados Unidos a proclamar a doutrina Truman em março de 1947, a qual declarou a intenção da política dos Estados Unidos em proteger e defender “os povos livres do mundo”.¹⁷ Por fim, as garantias militares e auxílio econômico oferecidos pela aliança anglo-americana dissuadiram as pressões soviéticas sobre a República da Turquia.

Por um lado, avaliando os casos – turco, iraniano e grego, que serviram de pretextos para a securitização da política norteamericana, desembocando na doutrina Truman, houve escassas razões de acusar a União Soviética de imperialismo expansionista. A Turquia não foi pressionada militar ou economicamente por motivo do regime dos Estreitos, cuja negociação havia sido preterida pelas diplomacias norteamericana e britânica. No Irã, apesar do apoio às ações autonomistas nas regiões petrolíferas no norte do país, a União Soviética retirou suas forças armadas um mês depois do prazo estabelecido, abandonando autonomias azerbaijana e curda e fracassando nas negociações de concessões iranianas de petróleo. Finalmente, a Grécia foi um exemplo notório da não intervenção do governo de Stalin na guerra civil no país, desincentivando neste sentido a Iugoslávia.

Por outro lado, um fator importante, omitido da doutrina Truman, como é observado por T. Paterson, (*apud* PAINTER, 2010, p. 495) é a projeção do papel estratégico dos Estados Unidos, quanto ao controle dos recursos energéticos no Oriente Médio, em substituição ao da Grã-Bretanha.

4. MEC, MEDO e o Egito de Nasser

Os citados casos de 1945-1946 foram amplamente securitizados por Washington quanto à ameaça da expansão da influência soviética ao longo de sua fronteira caucasiana e aos possíveis impactos que estes poderiam ter sobre o projeto anglo-americano para a estruturação do novo bastião contra a expansão do comunismo soviético no Oriente Médio, estabelecendo uma política mais agressiva quanto à contenção do comunismo na região.

A Doutrina Truman deixava claro que os Estados Unidos assumiam a responsabilidade de auxílio à Grécia porque a administração Truman não priorizava mais manter o Reino Unido como principal garantidor da estabilidade no Oriente Médio através de sua influência, suas

16 “extremely difficult, if not impossible, to prevent the Soviet Union from obtaining control over Greece and over the whole Near and Middle East.”

17 A doutrina Truman, apesar de ter sido proclamada em uma resposta à Guerra Civil Grega, não se limitava ao Oriente Médio, e na realidade servia ao papel de conferir abrangência global à política norte-americana. Através desta doutrina, Truman atribuía aos Estados Unidos o papel de “apoiar os povos livres que estiverem resistindo à subjugação” e na manutenção de suas “instituições livres” e integridade nacional”.

bases militares e suas ex-colônias na região. Se antes da doutrina Truman a política estadunidense nos primeiros momentos da Guerra Fria se baseou “na suposição de que a Grã-Bretanha deveria ser primariamente responsável por manter os interesses ocidentais na região”¹⁸ (YESILBURSA, 2005, p. 5), depois do abandono da região pela Grã-Bretanha, em março de 1947, o presidente Truman proclamou na sua doutrina que “O governo britânico nos informou que, devido às suas próprias dificuldades, não pode mais estender ajuda econômica ou financeira para a Turquia. Como no caso da Grécia, se é para a Turquia ter toda a assistência que precisa, os Estados Unidos devem fornecê-la. Somos o único país que pode ajudar”¹⁹ (TRUMAN, 1947, tradução livre).

Em março de 1950, o Conselho de Segurança Nacional lançou um documento conhecido como NSC-65²⁰, no qual elaborou a política externa e militar dos Estados Unidos quanto ao envio de armas por parte do Reino Unido para certos países do Oriente Médio. Um fator relevante à política de armamentos para a região foram discussões em Londres quanto a uma “parceria militar anglo-egípcia a auxiliar na defesa do Oriente Médio no caso de agressão soviética”²¹ (NSC-65, 1950, tradução livre). Nesse documento, foi convencionado como sendo do interesse da segurança dos Estados Unidos que “a posição do Reino Unido no Oriente Próximo seja mantida e fortalecida por acordos tais como aqueles previstos no atual plano para cooperação militar anglo-egípcia”²² (NSC-65, 1950, tradução livre). O documento também sugeria que os Estados Unidos evitassem interferir no referido programa britânico para a região e continuassem consultas próximas com os britânicos com a intenção de se manterem informados do fluxo de armas para a região. O objetivo era evitar um desequilíbrio de forças que pudesse tentar os Estados árabes a atacarem Israel (LITTLE, 2008, p. 125).

Com o estopim da Guerra da Coreia em meados de 1950, a urgência aumentou quanto às preocupações estadunidenses e britânicas referentes ao Oriente Médio. Em outubro do mesmo ano, Washington e Londres iniciaram discussões quanto a um projeto que envolvesse os Estados Unidos, o Reino Unido e o Egito em uma aliança triangular direcionada à contenção da influência política e militar da União Soviética. A iniciativa, posteriormente conhecida como MEC (*Middle East Command*), seria inspirada na OTAN e teria como ponto central o “Egito e outros Estados árabes liderados por um supremo comando britânico” (LITTLE, 2008, p. 126), pondo em evidência como os Estados Unidos na época ainda consideravam defesa do Oriente Médio uma responsabilidade que deveria ser empreendida pelos britânicos.

O envolvimento do Reino Unido, contudo, se mostrou o principal problema a afligir essa proposta em sua concepção. A associação profunda que os britânicos possuíam com o colonialismo e a sua continuada presença na região de Suez resultavam em uma imensa antipatia

18 “[...] the assumption that Britain should be primarily responsible for maintaining Western interests in the region.”

19 “The British government has informed us that, owing to its own difficulties can no longer extend financial or economic aid to Turkey. As in the case of Greece, if Turkey is to have the assistance it needs, the United States must supply it. We are the only country able to provide that help.”

20 Draft Report by the National Security Council: United States Policy Toward Arms Shipments to the Near East.

21 “[...]Anglo-Egyptian military partnership to assist the defense of the Near East in case of Soviet aggression.”

22 “The position of the United Kingdom in the Near East be maintained and strengthened by such arrangements as those envisaged in the current plan for Anglo-Egyptian military cooperation.”

por parte dos egípcios, que consideravam a proposta de uma aliança contra a União Soviética como uma mera cobertura que escondia um perigo muito mais real: o imperialismo ocidental (LITTLE, 2008, p. 126). Para Gamal Abdel Nasser, o jovem general que assumiu o governo executivo egípcio de fato em 1954, os soviéticos jamais haviam ocupado o Egito, “mas os britânicos estão aqui há setenta anos” (*apud* GADDIS, 1997, p. 168). Ademais, o apoio que os Estados Unidos haviam conferido à criação do Estado de Israel complicava ainda mais a sua situação com os países da região. Segundo Gaddis, (1997, p. 164, tradução livre) “os Estados Unidos agora carregavam o fardo da associação com o sionismo assim como o colonialismo”²³.

Em 1952, o Departamento de Estado alterou a nomenclatura da MEC para MEDO (*Middle East Defense Organization*), devido à associação indesejável do termo “comando” ao colonialismo britânico. Apesar da tentativa, essa iniciativa continuou a ver pouco resultado prático, uma vez que o Egito continuava a recusar envolvimento, enquanto o Reino Unido mantivesse sua presença no Canal de Suez. A grande questão era que, diferentemente da Europa ocidental, onde os americanos encontraram um cenário favorável para a instalação de um bloco político-militar, o nacionalismo árabe criava um impedimento considerável que não havia sido previsto pelos formuladores de política em Washington. Não encontraram um ambiente receptivo para as suas preocupações de expansão da influência soviética. Pelo contrário, os países árabes historicamente tinham mais a temer de Londres do que de Moscou. Isso, somado à crescente diminuição das capacidades britânicas, começou a levar a uma retirada progressiva do Reino Unido da região para que os Estados Unidos precisassem arcar cada vez mais com as responsabilidades de um projeto contra a União Soviética na região (LITTLE, 2008, p. 127).

Tentativas sucessivas foram realizadas ao longo da primeira metade da década de 1950 para vincular o Egito à iniciativa de defesa anglo-americana. Contudo, a falha de Washington em perceber as reais preocupações e ameaças percebidas pelos líderes árabes significou que o projeto de uma MEDO centrada no Egito fracassou em sua própria concepção. Em 1955, com a adesão de Nasser ao movimento dos países não-alinhados, conforme a Conferência de Bandung²⁴, a perspectiva de um Egito inserido em uma aliança voltada contra a União Soviética tornou-se praticamente impossível. A Crise de Suez em 1956, que impeliu Nasser em um conflito armado contra o Reino Unido, a França e Israel eliminou permanentemente qualquer esperança de uma colaboração egípcia no projeto.²⁵

5. A iniciativa do *northern tier*: o surgimento do Pacto de Bagdá

Em 1953, com a ascensão do novo governo Eisenhower com o Secretário de Estado John Foster Dulles, a proposta de uma MEDO centrada no Egito se tornava cada vez mais improvável. Após continuar a falhar em trazer Nasser para o seu projeto de defesa do Oriente Médio, Dulles concluiu que uma nova alternativa teria que ser considerada: o foco teria que ser

23 “The United States now carried the burden of association with Zionism as well as colonialism.”

24 A Conferência de Bandung aconteceu em abril de 1955, na Indonésia, e contou com a participação de líderes de nações asiáticas, africanas, latino-americana (dentre as quais a maioria era de países recentemente descolonizados) e da Iugoslávia. Deu origem ao movimento dos países não-alinhados, neutros no conflito entre as duas superpotências, que sobreviveu o fim da Guerra Fria.

25 A Crise de Suez finalizou com intermediação diplomática tanto dos Estados Unidos quanto da União Soviética no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Ambas as superpotências reagiram negativamente à intervenção europeia-israelense no Egito. O acontecimento foi o maior fracasso de política externa do Reino Unido durante toda a Guerra Fria.

alterado para a rede de países que se convencionou chamar de *northern tier*²⁶ (GADDIS, 1997, p. 169).

O projeto de uma aliança militar constituída dos Estados que formavam a fronteira meridional da União Soviética, mais outros agregados da região, já datava de discussões realizadas entre Washington e Londres desde 1947, após o rescaldo da crise no Irã e da tensão diplomática nos Estreitos turcos. Entretanto, o caminho da cooperação anglo-egípcia havia sido preferido inicialmente. A situação mudou gradativamente ao longo do início dos anos 1950, devido tanto à relutância de Nasser em cooperar com uma iniciativa de liderança britânica, quanto à vontade dos Estados Unidos de constituir um baluarte de contenção na fronteira caucasiana da União Soviética. Alguns destes países do *northern tier*, especificamente o Irã e a Turquia, eram parceiros mais favoráveis a uma aliança com os Estados Unidos pois, ao contrário do Egito, não lhes experimentavam tantos ranços quanto ao imperialismo anglo-francês. Além disso, devido à sua posição geográfica na fronteira soviética e à memória recente dos eventos de 1945-1946, tinham maiores preocupações de segurança quanto à expansão da influência da União Soviética, além de temores quanto ao apoio de Moscou a movimentos domésticos autonomistas, nacionalistas ou ideológicos e contrários aos regimes. Por causa disso, esses dois países estavam mais propensos a negociar garantias de defesa com Washington.

A ideia do *northern tier* encontrava maior perspectiva de sucesso. Em primeiro lugar, alguns desses países já integravam iniciativas semelhantes: a Turquia, já membro-associado da OTAN desde 1950, fora efetivada na organização em 1952 em conjunto com a Grécia; e o Paquistão se tornaria um membro-fundador da SEATO (*Southeast Asia Treaty Organization*), organização para a segurança coletiva do Sudeste Asiático (GADDIS, 1997, p. 169). Em segundo lugar, a Turquia e o Irã haviam sofrido em primeira mão as pressões soviéticas em 1945-1946 e desde aquele momento já procuravam se aproximar dos Estados Unidos em busca de garantias de proteção, caso o seu vizinho ao norte voltasse a mostrar interesse em influir nos movimentos internos da oposição iraniana ou insistir na instalação de bases militares nos Estreitos. Finalmente, os Estados Unidos estavam visando a que estes Estados abraçassem uma cooperação com o Ocidente com o intuito de desenvolver as suas capacidades militares através do auxílio estadunidense e, dessa forma, se configurassem como potências regionais, aliadas a Washington. O foco da Diretriz NSC 5328, que reforçava a NSC155, consistia no armamento cada vez maior dos países do *North Tier* (NSC 5428; NSC 155/1; NSC Action No. 1184, July 22 (S/S-NSC files, lot 66 D 95), Record of Actions by the NSC, 1954). Essa política convergia perfeitamente com a estratégia que Eisenhower planejara para lidar com situação da defesa regional no Oriente Médio.

Segundo Barrett (2007, p. 13):

Em 10 de janeiro de 1953, Eisenhower e Dulles confirmaram que as prioridades dos EUA para o Oriente Médio seriam a contenção da União Soviética e da influência comunista através de desenvolvimento econômico, assistência secreta a elementos pró-Ocidentais, e, se necessário, assistência militar.²⁷(tradução livre)

26 O *northern tier* (traduzido como “faixa do norte”) abrangia os Estados localizados no norte do Oriente Médio: Turquia, Irã, Iraque e Paquistão. Com exceção do Iraque e do Paquistão, todos possuíam fronteiras com a União Soviética e, dessa forma, compreendiam uma “faixa” contínua de países desde os Bálcãs até o subcontinente indiano.

27 “On 10 January 1953, Eisenhower and Dulles confirmed that the priorities for US policy in the Middle East would be containment of the Soviet Union and of Communist influence through economic development, covert assistance to pro-Western elements, and, if necessary, military assistance.”

Isso revela uma vontade maior dos Estados Unidos em assumir a liderança estratégica nas iniciativas de defesa e de armamento na região, outrora detida pelo Reino Unido. Ademais, revela já indícios de uma estratégia de desenvolver gradualmente os Estados locais em suas capacidades militares para que se tornem estes mesmos responsáveis pela contenção regional da União Soviética como *proxies* dos Estados Unidos.

Em julho de 1953, um documento do Conselho de Segurança Nacional intitulado “*United States Objectives and Policies with Respect to the Near East*”, ou NSC-155, esclareceu em maiores detalhes as diretrizes da política dos Estados Unidos para a região sob a administração Eisenhower. As propostas expostas naquele documento estabeleceram a fundação para grande parte da política externa estadunidense para o Oriente Médio durante as décadas de 1950 e 1960 e formulou a estratégia de projeção da hegemonia norte-americana sobre a região através da expansão de sua presença militar, política e econômica.

O documento reconhece a imensa importância estratégica da região, devido à presença de reservas de petróleo, à localização “essencial” para a instalação de bases militares, e ao Canal de Suez. No entanto, aponta também as dificuldades que os Estados Unidos enfrentavam com relação à expansão de sua própria influência na região. Em primeiro lugar, a determinação das nações do Oriente Médio em afirmarem a sua independência as tornaria mais resistentes à influência externa. Além disso, a posição dos Estados Unidos, como aliados do Reino Unido e da França, estaria criando uma visibilidade negativa da imagem estadunidense na região. O documento resume como mais atividades desfavoráveis para os interesses ocidentais: instabilidade econômica e política; fraqueza militar; agitação generalizada; tensões árabe-israelenses; as controvérsias do Reino Unido com o Egito, Irã, e a Arábia Saudita; os problemas da África do Norte francesa; e a atividade soviética. Nesse sentido, o documento reconhece que, na região, as principais ameaças aos interesses estadunidenses não seriam provenientes de um ataque militar soviético eventual, algo improvável de ser executado pela União Soviética no período, mas de uma “continuação das presentes tendências desfavoráveis” (NSC-155, 1953, item 3).

Com relação ao papel dos Estados Unidos na região, o documento afirma a necessidade de um aumento da responsabilidade, iniciativa e liderança do país como uma forma de substituir a perda de influência britânica e francesa. Apesar de reconhecer a necessidade de contar com a experiência e as posições estratégicas do Reino Unido, a NSC-155 reforça a possibilidade de independência de ação dos Estados Unidos, podendo agir por si próprio ou em conjunto com outros países interessados na região, como a Turquia. Através disso demonstra uma preocupação em desassociar a imagem dos Estados Unidos da do imperialismo britânico a fim de facilitar a recuperação da influência ocidental na região.

No ano seguinte, em julho de 1954, um documento posterior, intitulado NSC-5428, expande sobre a NSC-155 e, com imensa relevância, reconhece as vantagens da definição de um arranjo de defesa regional, baseado nos países do *northern tier*, que incluem a Turquia, o Paquistão, o Irã, e o Iraque. A fim de demonstrar um já elevado nível de cooperação desses Estados, o documento cita o Acordo de Amizade e Cooperação, assinado entre Turquia e Paquistão, em fevereiro de 1954, e o classifica como “um primeiro passo nessa direção” (NSC-5428, 1954, item 6.b). Esse arranjo teria a princípio um impacto político e psicológico muito maior do que militar, e serviria para fortalecer elementos pró-Ocidentais na região e potencialmente encorajar a cooperação de outras nações tanto entre si quanto com o Ocidente. Seria, nesse

sentido, de extrema importância que o arranjo de defesa tivesse caráter autóctone, ou seja, formado e composto unicamente pelos países da região com apoio econômico, militar e material do Ocidente. Essa característica já indica a intenção dos Estados Unidos de que nenhuma nação ocidental, “com exceção da Turquia”, como aponta o documento, fosse parte formal da organização de defesa até que “o clima político na área torne isso praticável” (Ibid., item 13.h).

Quanto aos objetivos dos Estados Unidos na região, a NSC-155, assim como a NSC-5428, enumera seis. O primeiro e mais importante é alcançar a disponibilidade aos Estados Unidos e seus aliados de recursos, posições estratégicas, direitos de passagem na área e negar esses mesmos fatores à União Soviética. Em adição, destaca-se o desenvolvimento na região de governos estáveis, viáveis, e amigáveis aos Estados Unidos e seus aliados, e que sejam capazes de sustentar subversão doméstica e dispostos a resistir à agressão comunista. Além disso, cita a necessidade de prevenção da expansão da influência soviética. Outros objetivos incluem: o arranjo dos maiores problemas entre os Estados árabes e Israel como uma medida para criar paz na região; a reversão das tendências antiamericanas na região; e um reconhecimento mais amplo quanto à legitimidade das aspirações dos países do Oriente Médio em serem reconhecidos como Estados soberanos e às suas responsabilidades em prover pela segurança regional e do “mundo livre” (NSC-155, 1953, item 11).

Em 1954, portanto, estava consolidada em Washington a preferência pelo conceito do *northern tier*. Na prática, dentre os Estados considerados, apenas a Turquia havia demonstrado interesse genuíno em integrar uma MEDO liderada pelos Estados Unidos. Em setembro de 1953, “o Paquistão anunciara seu apoio por um arranjo de defesa no *northern tier*, mas em troca esperava auxílio econômico e militar dos Estados Unidos”²⁸ (YESILBURSA, 2005, p. 26, tradução livre). Contudo, era importante considerar as disputas territoriais existentes entre o Paquistão e a Índia, e qualquer tipo de auxílio militar destinado ao país poderia arriscar suas relações com o gigante sul-asiático (YESILBURSA, 2005, p. 29). Mesmo assim, a força militar paquistanesa, a sua localização estratégica e a contrastante neutralidade indiana significariam que o Paquistão era um aliado importante demais para o funcionamento da organização de defesa.

Era ainda importante preencher a lacuna geográfica que permanecia aberta entre a Turquia e o Paquistão após a assinatura do acordo de cooperação de fevereiro de 1954. Para o Reino Unido, o Iraque seria uma adição essencial, uma vez que poderia fornecer apoio para defender os flancos leste e sul da Turquia no caso de um ataque soviético (YESILBURSA, 2005, p. 45). Ademais, os britânicos ainda possuíam uma rede de bases militares no país, que seriam imprescindíveis para assegurar o papel do Reino Unido na iniciativa de defesa da região após o fracasso em estabelecer o canal de Suez como seu centro de operações na região (YESILBURSA, 2005, p. 45). A fim de atrair o Iraque ao arranjo de defesa, apesar de suas preocupações domésticas, os Estados Unidos criaram a fundação para um programa de auxílio militar, cuja extensão dependeria da contribuição iraquiana para o projeto (YESILBURSA, 2005, p. 49).

Foi a Turquia, por fim, que tomou a iniciativa de conseguir a adesão do Iraque ao arranjo de defesa. Yesilbursa (2005, p. 71) relata duas razões principais para a sua aproximação com Bagdá no começo de 1955. A primeira era uma preocupação real, quanto ao seu flanco oriental no caso de agressão soviética. A segunda era a deterioração na posição econômica da

28 “By September 1953 Pakistan had announced her support for a northern tier defence arrangement, but in return she expected economic and military aid from the United States”.

Turquia, tanto interna quanto externa, que urgia para que a Turquia se estabelecesse diante dos Estados Unidos como o “instrumento mais efetivo” para tornar real o conceito do *northern tier* para a defesa do Oriente Médio. Portanto, a Turquia esperava que seu papel militar encorajaria Washington a reforçar as suas promessas e garantias de auxílio econômico. Por consequência, Ancara estava ansiosa em estabelecer com Bagdá um acordo nos moldes do acordo turco-paquistanês de 1954. Após repetidos encontros entre os primeiros-ministros turco, Adnam Menderes, e iraquiano, Nuri al-Said, em janeiro de 1955, um acordo foi finalmente assinado em Bagdá em 24 de fevereiro do mesmo ano.

O Pacto de Bagdá tornou-se uma base para a construção da organização de defesa, estabelecida pelos Estados Unidos, da forma como consistia em um arranjo de defesa mútua, planejado e assinado entre os Estados locais. Diferentemente do acordo turco-paquistanês, o pacto de Bagdá proporcionava um esteio de como os dois Estados poderiam coordenar a defesa de seu flanco oriental em cooperação com o Reino Unido (YESILBURSA, 2005, p. 89). Dessa forma, com uma estrutura preparada, era de envolver a adesão do Paquistão e do Irã ao pacto.

Em um primeiro momento, o Paquistão demonstrou relutância em aderir, pois temia os efeitos que isso teria sobre suas relações com a Arábia Saudita, o Egito e a Síria. Contudo, os Estados Unidos mantiveram pressões diplomáticas, ansiosos em fortalecer o aspecto do *northern tier* no pacto e “expandir o ímpeto do movimento” para o fortalecimento da defesa do Oriente Médio (YESILBURSA, 2005, p. 104). Após negociações extensivas ao longo do ano com os Estados Unidos, o Reino Unido, a Turquia e o Paquistão, e com a promessa de auxílio militar estadunidense, o Paquistão formalmente aderiu ao pacto de Bagdá em 23 de setembro de 1955.

A adesão do Irã não seguiu o mesmo padrão. Apesar da clara importância estratégica que o país representava como a última “lacuna” a ser preenchida no arranjo do *northern tier*, permaneciam dúvidas quanto à real viabilidade de sua adesão ao pacto de Bagdá. Em 1955, o Irã ainda era um Estado governado pela monarquia absoluta do xá Mohammad Reza Pahlavi e atormentado por instabilidade política, econômica e social, com um poder militar um tanto aquém daquele necessário para garantir a sua segurança. Apesar de o golpe estadunidense que derrubara o primeiro-ministro Mohammed Mossadegh em 1953 ter tido, para os Estados Unidos, os efeitos vantajosos de eliminar a oposição do partido *Tudeh* e consolidar no poder o xá pró-Ocidental, e ainda assegurar vantajosos acordos de exploração de petróleo para um consórcio anglo-americano, a administração Eisenhower reconhecia que pouco havia sido feito no sentido de reformas políticas e econômicas que garantissem a estabilidade no país (BARRETT, 2007, p. 14). Em um relatório ao Conselho de Segurança Nacional, em 1953, Eisenhower teria afirmado que, enquanto o Paquistão, a Turquia, a Síria e o Iraque poderiam se tornar elos fortes e leais de um arranjo de segurança, “o Irã era o óbvio ponto fraco no que poderia se tornar um arranjo defensivo forte dos Estados do *northerntier*”²⁹ (YESILBURSA, 2005, p. 18-19, tradução livre). Em conversas na Casa Branca, em 1955, Sir Roger Makins, embaixador britânico em Washington, afirmou que “de um ponto de vista militar a participação do Irã no pacto, efetivamente, adicionaria deficiências consideráveis ao pacto sem ativos compensadores”³⁰ (YESIL-

29 “Iran . . . was the obvious weak spot in what could become a strong defensive arrangement of the northern tier of states”

30 “[...] from a military point of view Iran’s participation in the pact would, in effect, add considerable

BURSA, 2005, p. 113, tradução livre).

Por parte do xá, a adesão a um pacto de defesa regional era apenas interessante na medida em que recebesse auxílio econômico e militar a fim de modernizar seu exército e torná-lo uma força de combate formidável capaz de resistir por conta própria a uma invasão soviética (BARRETT, 2007, p. 81-82). Ademais, “para o xá, a segurança nacional do Irã era inseparável da segurança doméstica, e a segurança doméstica estava por sua vez interligada com a segurança de seu regime”³¹ (YESILBURSA, 2005, p. 110, tradução livre). Sua busca por força militar era tanto uma contramedida contra uma suposta agressão soviética, quanto contra elementos internos de seu país que buscavam contestar o seu governo, o que naturalmente criava receios em Washington, devido à sua relutância em envolver o arranjo de defesa nos assuntos internos dos países enquanto estes não fossem uma ameaça à influência ocidental. Ademais, a própria relutância inicial demonstrada pelo xá em aderir ao pacto poderia ser vista como uma tentativa de elevar os seus termos de barganha e adquirir maiores concessões por parte dos Estados Unidos (YESILBURSA, 2005, p. 110), algo em que tanto o Egito quanto o Paquistão haviam tido sucesso.

Ainda assim, o Subsecretário de Estado, Herbert Hoover, apontou as razões dos Estados Unidos considerarem de suma importância a adesão do Irã ao pacto. Em primeiro lugar, o Irã, juntamente com a Turquia, era um dos dois únicos países no Oriente Médio com fronteiras em comum com a União Soviética. Em segundo lugar, a participação do Irã era fundamental para a materialização do conceito do *northern tier*. Em terceiro, o Irã possuía a linha de defesa mais favorável contra uma possível intervenção da União Soviética, devido à sua geografia particular. E finalmente, os Estados Unidos consideravam imprescindível o acesso por parte do “mundo livre” ao petróleo iraniano (YESILBURSA, 2005, p. 113). Por essas razões, a última metade de 1955 viu uma série de negociações entre Teerã, Washington e Londres, sobretudo direcionadas às garantias formais e à promessa de auxílio econômico e militar. Os Estados Unidos e o Reino Unido receavam em atender às demandas do xá, temendo a reação soviética, sobretudo, após o acordo de troca de armas realizado em setembro de 1955 entre o Egito e a Tchecoslováquia e tendo completa consciência da realidade do Irã como elo mais vulnerável na aliança devido à sua fraqueza militar e ao caráter específico legal das relações iraniano-soviéticas³².

Finalmente, estimulado pela promessa de auxílio e por garantias de segurança provenientes dos Estados Unidos e do Reino Unido, o Irã aderiu ao pacto de Bagdá em 3 de novembro de 1955, pondo um fim à tradicional política de neutralidade que havia sido seguida durante o período de Mossadegh. Dessa forma, o projeto de J.F. Dulles de um arranjo de defesa do Oriente Médio, centrado no *northern tier*, estava por fim alinhavado.

liabilities to the pact without compensating assets.”

31 “To the Shah, Iran’s national security was inseparable from domestic security, and domestic security was in turn intertwined with the security of his regime.”

32 Há que considerar o cálculo estratégico do xá, porque se encontrava em vigor o Tratado de Amizade Russo-Persa de 1921, segundo o qual ambos os Estados-parte (a União Soviética e o Irã) se comprometiam a prevenir, através de quaisquer meios em seu poder, a presença de forças armadas de uma terceira parte que pudessem significar um risco à segurança ou aos interesses do outro Estado-parte. O tratado ainda estipulava que, caso outro Estado-parte tentasse utilizar o território iraniano como base de operações contra a União Soviética, esta teria o direito de enviar suas forças armadas para o Irã a fim de eliminar tal ameaça. Havia também o Tratado de Garantia e Neutralidade de 1927, que comprometia ambas as partes a não participar de tratados, direcionados contra a segurança da outra parte.

6. Do Suez à revolução iraquiana: Bagdá em crise

Nada disso queria dizer que o pacto viria sem complicações ainda no momento de sua formação. Inicialmente, pode-se citar desacordos anglo-americanos como uma das principais ameaças ao pacto de Bagdá, sobretudo relacionados a dois fatores: o objetivo do pacto e a participação do Reino Unido no arranjo. Na época já não era desconhecido o fato de que a influência britânica no Oriente Médio decaía a uma velocidade alarmante para os interesses ocidentais, conforme crescia a força dos movimentos nacionalistas e anticoloniais na região. Como anteriormente mencionado, sua principal base na região, o canal de Suez, se encontrava sob constante pressão de Nasser, algo que ameaçava a posição britânica na região como um todo. Dessa forma, o pacto de Bagdá se apresentava como um “guarda-chuva” político perfeito para justificar e proteger as bases britânicas no Iraque, cuja monarquia haxemita era um dos principais aliados remanescentes do Reino Unido no Oriente Médio. Por outro lado, os Estados Unidos viam o pacto de Bagdá como um fim em si mesmo (YESILBURSA, 2005, p. 75).

Ademais, havia o caso da adesão britânica ao pacto de Bagdá, em abril de 1955. Na visão do Reino Unido, “o pacto parecia oferecer à Grã-Bretanha a melhor chance de assegurar um acordo de defesa satisfatório com o Iraque para substituir o tratado de 1930” (YESILBURSA, 2005, p. 99). O Secretário do Exterior Anthony Eden afirmou que:

O objetivo que buscamos do pacto de Bagdá é muito simples. Através de nossa adesão, consolidamos nossa influência e levantamos nossa voz no Oriente Médio. A adesão da Grã-Bretanha ao pacto de Bagdá lhe proporciona interferência continuada nos assuntos do Oriente Médio³³ (EDEN *apud* YESILBURSA, 2005, p. 101, tradução livre).

Comprova-se, portanto, a ação como uma tentativa do Reino Unido em permanecer relevante na política da região. Segundo Little (2008, p. 129), os Estados Unidos interpretaram a adesão como “uma tentativa não tão sutil” da Grã-Bretanha reafirmar sua posição como o parceiro ocidental “sênior” no Oriente Médio. Duas das implicações imediatas, percebidas pela administração Eisenhower, foram que os britânicos desejavam garantir a si mesmos a responsabilidade de comando na área no caso de dificuldades, e esperavam que os Estados Unidos “pagassem a conta” necessária para garantir à área alguma postura de defesa (LITTLE, 2008, p. 129). O problema maior era que a participação direta do Reino Unido em um projeto, que os Estados Unidos haviam desejado manter autóctone, efetivamente eliminava qualquer possibilidade de negociar com Nasser a adesão do Egito.

Outra complicação alarmante se deu na segunda metade de 1955 e veio através do próprio Egito. Em uma tentativa de armar-se contra Israel, Nasser assinou um acordo de compra de armas com a Tchecoslováquia, delegada pela União Soviética. O acordo assinalou a independência egípcia, fortaleceu o mundo árabe contra Israel, e demonstrou ao Ocidente que este não mais possuía o monopólio sobre aconselhamento e suprimentos fornecidos ao Egito (YESILBURSA, 2005, p. 115). Ademais, levantou preocupações em Washington e Londres, quanto à possibilidade da projeção soviética no Oriente Médio, através de auxílio econômico e militar a pedido do Egito e da Síria. Através dessa movimentação em um país árabe central, Krushev demonstrava claramente que, após os fracassos diplomáticos de Stalin no Irã e na Turquia, estava recuperando para a União Soviética o papel de potência no Oriente Médio e eliminando a noção de que a região estava unicamente na esfera de influência ocidental (YESILBURSA,

33 “The goal which we seek from the Baghdad Pact is very simple. By our adherence, we have consolidated our influence and raised our voice in the Middle East. Britain’s adherence to the Baghdad Pact provides her with continued interference in the affairs of the Middle East.”

2005, p. 116). Para os Estados Unidos, isso colocava em xeque a utilidade do arranjo de defesa no *northern tier*, uma vez que a União Soviética havia efetivamente “saltado” sobre esse cordão de isolamento e agora exercia sua influência diretamente no âmago do Oriente Médio.

O próximo grande revés também proveio do Egito, no ano seguinte, através da nacionalização do Canal de Suez em julho de 1956. As motivações de Nasser para o ocorrido foram diversas, mas se deveram muito a um afastamento considerável com o Ocidente, dado eventos recentes: sua posição contrária ao pacto de Bagdá, o acordo de armas com a Tchecoslováquia em 1955, e seu reconhecimento da República Popular da China em abril de 1956 (YESILBURSA, 2005, p. 164). Ademais, veio como retaliação à revogação de uma iniciativa de auxílio econômico considerável, proposta pelo Reino Unido e destinada à construção de uma barragem em Assuã (LITTLE, 2008, p. 130). Dessa forma, deu-se o estopim para a Guerra de Suez, que colocou o Egito em conflito contra o Reino Unido, a França e Israel.

Embora a guerra tenha sido um sucesso militar para a coalizão anglo-franco-israelense, pressões por parte dos Estados Unidos e da União Soviética no Conselho de Segurança da ONU forçaram um cessar-fogo favorável ao Egito e uma derrota desastrosa para o Reino Unido. Em primeiro lugar, o evento evidenciou as fissuras que existiam entre a política estadunidense e britânica para o Oriente Médio, e comprovou que Washington, e não mais Londres, exercia a liderança da aliança para a segurança da região. Ademais, a derrota levou o Reino Unido a sofrer uma imensa perda de prestígio entre as nações do mundo árabe, e, por consequência, prejudicou sua imagem perante seus aliados na região, sobretudo o Iraque (YESILBURSA, 2005, p. 166). Por extensão, o prestígio do próprio Pacto de Bagdá sofreu consideravelmente, impactando a possibilidade de adesão por parte de outros países árabes. Por fim, a perda de sua base no Canal de Suez prejudicou substancialmente a capacidade de o Reino Unido operar na região. Dessa forma, a crise de Suez selou de fato o fim do papel do Reino Unido como liderança no Oriente Médio e a sua substituição em definitivo pelos Estados Unidos (LITTLE, 2008, p. 131).

Por outro lado, a retirada do Reino Unido significava que se tornava essencial, agora mais do que nunca, fortalecer os países do *northern tier* e o pacto de Bagdá a fim de evitar um vácuo de poder que pudesse ser aproveitado pela União Soviética. Eisenhower se encontrava, então, em uma posição semelhante em vários sentidos à de Truman em 1947, quando este se vira confrontado com a situação do declínio do poder britânico no Mediterrâneo oriental e da suposta ameaça da influência soviética na Grécia. Semelhante a Truman, Eisenhower buscou resolver a situação com sua própria doutrina. Em janeiro de 1957, o presidente anunciou suas intenções perante o Congresso e pediu, além de um fundo econômico especial para auxiliar os países da região, ameaçados por agressão externa, uma autorização para a utilização de força militar, caso fosse necessário para a manutenção dos interesses estadunidenses no Oriente Médio. A doutrina Eisenhower foi aprovada em março do mesmo ano.

O ano seguinte trouxe uma série de testes para a nova doutrina. Em julho de 1958, uma guerra civil no Líbano, uma tentativa de golpe na Jordânia, e a revolução no Iraque levantaram receios quanto a um efeito em cadeia que poderia significar o fim dos governos pró-Ocidente no Oriente Médio. Eisenhower decidiu agir e enviou os fuzileiros navais para uma intervenção em Beirute, além de coordenar com o Reino Unido o envio de paraquedistas para Amã. As situações no Líbano e na Jordânia foram resolvidas de acordo com os interesses dos Estados Unidos, e a decisão de intervenção de Eisenhower demonstrou com sucesso à Turquia, ao Irã, e ao Paquistão que estava de fato disposto a invocar a sua doutrina, caso necessário (LITTLE,

2008, p. 135). Contudo, a decisão do novo regime no Iraque em retirar o país do pacto de Bagdá se revelou o início de uma derrota para o acordo e para a política que os Estados Unidos haviam assumido para o Oriente Médio até o momento.

7. CENTO, as crises na Turquia, e a doutrina de Nixon

A queda do Pacto de Bagdá e as perigosas crises de 1956 e 1958 forçaram Eisenhower a reformular a estratégia de sua administração para o Oriente Médio. Ao invés de ser uma ruptura com doutrinas passadas, a política para o Oriente Médio tornou-se ainda mais determinada do que nunca a impedir o crescimento da influência soviética e a fortalecer os países no *northern tier*, agora mais importantes devido à perda do Iraque e à retirada do Reino Unido do pacto e da região. O pacto de Bagdá, agora sem a participação do país com esta capital, foi reconfigurado na CENTO (*Central Treaty Organization*).

A NSC-5820 foi a resposta do Conselho de Segurança Nacional para as novas demandas de Eisenhower. O documento, de novembro de 1958, reavaliou a estratégia estadunidense para a região e reforçou a necessidade de os Estados Unidos agirem independentemente de Londres (LITTLE, 2008, p. 136). Ademais, o documento reconhecia que a União Soviética havia conseguido projetar a sua influência sobre o Oriente Médio, através da aproximação com os movimentos “nacionalistas radicais”, enquanto o apoio estadunidense aos regimes conservadores, agora derrubados, prejudicava fortemente a sua presença na região. Dessa forma, identificando que o nacionalismo árabe não era um problema em si tanto quanto a divergência de muitos de seus objetivos com aqueles da União Soviética, a NSC-5820 determinou que a melhor forma de lidar com a segurança da região era trabalhar em conjunto com os movimentos nacionalistas árabes e associar os Estados Unidos às “aspirações e objetivos do povo árabe” (NSC-5820, 1958, item 4).

Em suma, em Washington finalmente houve a compreensão de que líderes e partidos, como aqueles que então controlavam Cairo, Damasco e Bagdá, eram uma realidade com a qual teria que se aprender a lidar. Para tal, após o desastre de Suez, eles teriam que se afastar do Reino Unido e convencer os países da região que as demandas do nacionalismo árabe não eram incompatíveis com aquelas dos Estados Unidos. Isso incluía manter uma política muito mais tolerante quanto à neutralidade e à manutenção de relações com a União Soviética, contando que estas relações sejam “razoavelmente equilibradas por relações com o Ocidente” (NSC-5820, 1958, item 10).

Outro aspecto importante do documento é a ênfase colocada no auxílio financeiro destinado ao desenvolvimento econômico dos países da região, então visto como importante para a prevenção do crescimento de movimentos radicais. Ainda recomendava que os aspectos políticos e econômicos da política para o Oriente Médio sejam enfatizados sobre os aspectos militares. Esse último ponto pode ser interpretado como uma revisão da doutrina Eisenhower após a resposta que os Estados Unidos ofereceram nas crises de 1956 e 1958. Ainda assim, a NSC-5820 estipulava que os Estados Unidos “tomassem ação, quando necessário, para demonstrar a vontade e a intenção dos EUA de enfrentar a agressão comunista no Oriente Próxi-

mo”³⁴ (NSC-5820, 1958, item 19, tradução livre).

O ponto de maior relevância a ser analisado na NSC-5820 é o 20º: “Enquanto continuando a encorajar a resistência das nações árabes ao imperialismo soviético, evitar por agora qualquer esforço ativo de alistar nações árabes nos arranjos regionais de segurança coletiva”³⁵ (NSC-5820, 1958, item 20, tradução livre). Essa sugestão, por fim, admite a falha dos Estados Unidos em trazer os Estados árabes para a CENTO e elimina definitivamente essa possibilidade. Como tal, implica em um aumento considerável de importância dos países não árabes do *northern tier* (Turquia, Irã e Paquistão) como barreira em definitivo contra a expansão da influência soviética na região. Além disso, com o reconhecimento da independência de ação dos Estados Unidos e a quebra dos arranjos anglo-americanos, a Turquia e o Irã cresceram ainda mais em relevância como substitutos da liderança britânica no sistema de segurança regional. Com o fim da administração Eisenhower e a vinda da década de 1960, os Estados Unidos começariam a trabalhar para transformar a Turquia e o Irã em seus *proxies* regionais (LITTLE, 2008, p. 137).

John F. Kennedy ascendeu à Casa Branca em janeiro de 1961 trazendo consigo uma série de críticas à política de seu antecessor quanto à segurança do Oriente Médio, acusando Eisenhower de associar a intervenção estadunidense ao imperialismo britânico (LITTLE, 2008, p. 137). Seu objetivo tornou-se substituir gradualmente a presença britânica no Golfo Pérsico pela liderança do xá iraniano, que possuía então um exército poderoso e disposição para assumir um papel maior na defesa da região (LITTLE, 2008, p. 138). No Mediterrâneo Oriental, por sua vez, a Turquia permanecia como principal parceira regional dos Estados Unidos como havia demonstrado pelo auxílio prestado durante as crises do Líbano, em 1958, e da Síria, em 1959.

Os primeiros anos da década de 1960, contudo, se revelariam como o período mais turbulento na relação turco-americana e veriam pela primeira vez na Guerra Fria uma mudança em Ancara na direção de uma política externa mais dinâmica. O primeiro choque se deu em 1962 com a crise dos mísseis em Cuba. Após o bloqueio naval estadunidense imposto sobre a ilha caribenha com a intenção de pressionar a União Soviética contra a instalação de mísseis nucleares em Cuba, Krushev respondeu com a demanda da retirada dos mísseis Júpiter que os Estados Unidos mantinham na Turquia. Apesar de Kennedy afirmar que os mísseis “possuíam pouco valor militar” (*apud* PATERSON, 1989, 146) para não arriscar o aumento de tensões com a União Soviética, a situação se provava de imensa complicação para o presidente, devido à fragilidade de indicar aos turcos que os Estados Unidos estariam dispostos a “vendê-los” em troca de apaciar o adversário (PATERSON, 1989, p. 146). Após uma série de negociações secretas entre os Estados Unidos e a União Soviética, os mísseis soviéticos não foram instalados em Cuba em 1962 e os *Júpiter*s foram retirados da Turquia em abril de 1963. A crise, ao longo prazo, afetou significativamente a confiança que Ancara possuía com os Estados Unidos (OSKAN, 2012, p. 73; ÇALIŞ, 2017, p. 149). Isso se deu em grande parte devido à falta de consultas, realizadas entre Washington e Ancara e a noção geral de que os Estados Unidos estavam, em essência, sacrificando seu aliado.

O segundo problema ocorreu na administração seguinte, em 1964, no incidente co-

34 “Take action where necessary to demonstrate the continued U.S. willingness and intention to counter Communist aggression in the Near East [...]”.

35 “While continuing to encourage the resistance of Arab nations to Soviet imperialism, avoid for the present any active efforts to enlist Arab nations in regional collective security arrangements.”

nhecido como a “carta Johnson” no contexto mais amplo da crise do Chipre. Çaliş (2017, p. 151-152) explica como sendo o principal evento que danificou as relações turco-americanas na década de 1960, principalmente devido “à linguagem não diplomática e ao conteúdo da carta”. Em resumo, até 1964, era prevalente em Ancara a noção de que os Estados Unidos eram ao menos apoiadores tácitos da política turca com relação ao Chipre, enquanto o apoio soviético ao líder grego-cipriota Makarios era visto como o principal entrave aos interesses de Ancara na ilha mediterrânea. Entretanto, em junho de 1964, o presidente Lyndon Johnson enviou uma carta ao primeiro-ministro İsmet İnönü, alertando-o contra uma intervenção no Chipre, devido ao risco de deflagrar um conflito entre a Grécia e a Turquia, ambos Estados-membros da OTAN, que pudesse provocar o envolvimento da União Soviética (ÇALIŞ, 2017, p. 151). A carta causou uma forte impressão na opinião pública turca e pela primeira vez levantou questionamentos quanto à validade de seu alinhamento com o Ocidente. O sentimento geral era de que os Estados Unidos haviam traído a Turquia a favor dos gregos, apesar de todo o compromisso que Ancara havia demonstrado aos seus aliados ocidentais (ÇALIŞ, 2017, p. 152). Somados à crise dos mísseis Júpiter, os eventos de 1964 demonstraram à Turquia que os Estados Unidos estavam dispostos a sacrificar seus aliados nos flancos da União Soviética se fosse necessário para proteger os seus interesses em outras regiões.

Paralelamente, no Golfo, Kennedy manteve a política de pesado investimento financeiro para modernizar a economia e as forças armadas iranianas, em uma antecipação do que mais tarde se tornaria a política dos “dois pilares” de Lyndon Johnson. Ao contrário de seus antecessores, contudo, Kennedy iniciou o movimento de diminuição dos compromissos militares no Oriente Médio e favorecimento de uma estratégia de “reformas moderadas para inocular regimes conservadores através da região contra mudanças revolucionárias”³⁶ (Apud PATERSON, 1989, p. 168, tradução livre). Um dos maiores méritos da política de John F. Kennedy com relação ao Oriente Médio foi a compreensão de que líderes árabes radicais como Nasser estavam muito menos relacionados com a subversão ideológica soviética do que com um pragmatismo neutro mais interessado em auxílio econômico e que, portanto, poderia ser persuadido com auxílio norte-americano (PATERSON, 1989, p. 177). Essa percepção auxiliou consideravelmente a recuperar as relações com Cairo.

Outra razão para o aumento da relevância do papel da Turquia, do Irã e da Arábia Saudita no sistema de segurança regional dos Estados Unidos, a partir dos anos 1960, foi a intensificação do envolvimento estadunidense no Vietnã, que então passou a demandar a maior parte dos recursos e da atenção das administrações Kennedy e, posteriormente, Johnson. Somado à progressiva retirada britânica de suas colônias na Península Arábica, esses fatores criaram um vácuo de influência que ameaçava em grande medida os interesses ocidentais na região. Para resolver essa situação, Johnson adotou a partir de 1966 uma estratégia conhecida como “dois pilares”, sob a qual competia ao Irã e à Arábia Saudita “assumir muitas das responsabilidades da Grã-Bretanha ao defender a região” (LITTLE, 2008, p. 140). Esse acordo seria acompanhado de expressivo auxílio financeiro e venda de equipamento militar destinado ao desenvolvimento e à modernização das Forças Armadas dos dois países do Golfo.

Estava então em posição o novo arranjo de defesa para o Oriente Médio, que seria formalizado através da nova doutrina que levaria o nome da próxima administração. Sob Richard

36 “[...] moderate reform to inoculate conservative regimes throughout the region against revolutionary change.”

Nixon, “o Republicano californiano assumiu o cargo em 20 de janeiro [de 1969] esperando reduzir o risco de envolvimento militar no Terceiro Mundo confiando em *proxies* pró-Ocidentais que seriam armados e financiados pelos Estados Unidos”³⁷ (LITTLE, 2008, p. 143, tradução livre). Em suma, a nova doutrina encorajava os aliados dos Estados Unidos na Ásia a assumirem uma porção maior da responsabilidade de defesa regional, enquanto retirava grande parte de suas forças militares da região. A política, conhecida como “vietnamização”³⁸, se deu majoritariamente devido ao conflito no Sudeste Asiático, mas teve consequências relevantes para o Oriente Médio, sobretudo ao consolidar o projeto dos “dois pilares” de Johnson no Golfo Pérsico.

8. Os anos 1960-1970: A *détente*, a estabilização do Golfo Pérsico e a crise do Chipre de 1974

Ao final da década de 1960 e através da década de 1970, o avanço das conferências e acordos que ocorreram como parte do processo de *détente* na política internacional se repercutiram em uma relativa estabilização do Golfo Pérsico. Diplomáticamente, o Irã havia substancialmente suavizado as suas relações com a União Soviética com uma série de tratados de cooperação técnica e econômica assinados ao longo da década, realizados em paralelo com os acordos de auxílio e modernização militar realizados com os Estados Unidos. A doutrina dos “dois pilares” demonstrou um aparente sucesso inicial em estabilizar a região, devido, sobretudo, ao entusiasmo do xá iraniano e do monarca saudita em alinharem-se bilateralmente a Washington em troca de auxílio financeiro e militar, contornando em grande medida as limitações do arranjo coletivo da CENTO.

Durante o mesmo período, o Mediterrâneo oriental se provaria uma verdadeira dor de cabeça para os Estados Unidos, com a erupção da Guerra do Yom Kippur em 1973 e a ocupação turca do norte do Chipre em 1974. Esta última, que levou a um breve conflito no cerne da OTAN, significou o fim prático do Pacto de Bagdá devido às subseqüentes reações dos Estados Unidos e do Reino Unido. Washington denunciou a agressão turca e impôs um embargo na compra de armas e equipamento militar, o que por sua vez levou à suspensão por parte da Turquia do Acordo de Cooperação em Defesa, assinado em 1969, e ao fechamento de bases militares norte-americanas que não fossem relacionadas diretamente à OTAN (ÇALIS, 2017, p. 155). Londres, em resposta, retirou as suas forças armadas da CENTO. Estas disputas levaram ao desmoronamento ainda mais acelerado da aliança central e à fragmentação da política de defesa dos Estados Unidos ao longo do Oriente Médio.

O período da *détente*, de maneira geral, significou uma diminuição da intensidade de implementação da doutrina de contenção por parte dos Estados Unidos no Oriente Médio. Isso se deu, sobretudo, devido ao envolvimento norte-americano no Vietnã e à aproximação com a União Soviética em temas de política internacional e controle de armamentos, bem como através dos acordos SALT sobre o controle de armamentos nucleares. Da mesma forma, o período viu uma reaproximação significativa com a União Soviética por parte do Irã e da Turquia. O

37 “[...] the California Republican entered office on 20 January hoping to reduce the risk of military involvement in the Third World by relying on pro-Western proxies to be armed and bankrolled by the United States.”

38 A política de “vietnamização” foi adotada pelo governo de Richard Nixon e consistia em reduzir a quantidade de tropas norte-americanas ativamente engajadas em conflito no Vietnã, buscando ao invés disso equipar e treinar tropas locais para atuarem na própria defesa. O mesmo conceito foi aplicado à segurança do Oriente Médio.

primeiro através dos acordos de cooperação assinados ao longo das décadas de 1960 e 1970, incluindo um realizado na esteira da crise dos mísseis em 1962 que proibia a instalação de mísseis estrangeiros em território iraniano. Ademais, houve uma série de visitas de Estado para a normalização de relações, iniciadas por Leonid Brezhnev em 1962 e retribuídas pelo xá Pahlavi em 1965. Da mesma forma, sucessivos acordos de cooperação foram assinados entre a Turquia e a União Soviética após a reação ocidental negativa à crise do Chipre de 1963, que deixou a diplomacia turca relativamente isolada. Todo esse processo, apesar de garantir certa estabilidade na região, minou consideravelmente a contenção ao longo do *northern tier* e significou uma possível rota de entrada para a União Soviética no Oriente Médio, inclusive para a sua participação na resolução de crises regionais.

9. 1976 – 1980: Jimmy Carter e a queda da CENTO

No momento em que Jimmy Carter chegou à Casa Branca em 1977, a posição estratégica dos Estados Unidos no Golfo Pérsico se encontrava relativamente incontestada. Os principais *proxies* norte-americanos na região desfrutavam de exércitos fortes e modernizados graças à colaboração e ao financiamento norte-americano. Em comparação com outras regiões do globo, como a África, o Sudeste Asiático, e a América Latina, o Golfo Pérsico detinha uma aparência de estabilidade. Hesitante em modificar uma política que estava em bom funcionamento há quase dez anos, Carter optou por manter a política dos *proxies* que seus antecessores haviam projetado.

Entretanto, na época, ainda se admitia em Washington que o maior risco ao arranjo de segurança dos Estados Unidos no Oriente Médio não era proveniente de uma suposta agressão externa, mas sim de movimentos radicais internos. (LITTLE, 2008, p. 146) No final das contas, os dois pilares da estratégia norte-americana para a segurança do Golfo Pérsico ainda eram monarquias autoritárias centralizadas, que haviam nas últimas três décadas aberto pouco espaço para reforma política ou social. Tampouco era benéfico que o forte discurso a favor do respeito aos Direitos Humanos apresentado pelo presidente Carter ia de encontro ao que era de fato praticado por Riad e Teerã.

Apesar disso, foi uma surpresa quando, em 1979, todo o “castelo de cartas” que era o arranjo de segurança regional que os Estados Unidos vinham montando no Oriente Médio pelas últimas três décadas desmoronou quando a monarquia iraniana foi derrubada por uma revolução islâmica antiocidental, liderada pelo aiatolá Khomeini. Mesmo que o novo regime também não fosse um aliado do bloco socialista, a perda da principal sentinela norte-americana na região e da “ponte” entre a Turquia e o Paquistão repentinamente rompeu com o “cordão” de contenção ao redor da União Soviética e abriu espaço suficiente para que Moscou arriscasse uma invasão do Afeganistão no final do ano. Washington agora temia que estava disponível uma via de acesso para os soviéticos em direção ao Golfo Pérsico.

Em resposta à Revolução Islâmica e à invasão do Afeganistão, Carter foi forçado a revisar a estratégia que seus antecessores haviam construído para o Oriente Médio. A sua solução, proposta pelo seu conselheiro de segurança nacional Zbigniew Brzezinski, foi a declaração da Doutrina Carter: “Uma tentativa por qualquer força externa de ganhar controle da região do

Golfo Pérsico será vista como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por quaisquer meios necessários, incluindo força militar” (CARTER *apud* LITTLE, 2008, p. 152). Mais uma vez os Estados Unidos se demonstravam dispostos a intervir militarmente na defesa de seus interesses no Oriente Médio ao invés de depender de *proxies* regionais. Isso, somado à retirada do Irã da CENTO, seguida pela queda do regime do xá, marcou em definitivo o fim da doutrina de contenção centrada nas nações do *northern tier*. Com a retirada do Paquistão no final de 1979, a CENTO foi formalmente dissolvida.

10. Considerações Finais

Dessa forma, é possível compreender que as preocupações de segurança dos Estados Unidos quanto ao Oriente Médio e ao Cáucaso surgiram cedo, com as tentativas de Stalin de influenciar países vizinhos nas fronteiras meridionais do Cáucaso e obter concessões através de uma combinação de pressões diplomáticas e militares (uma base militar nos estreitos turcos; e a exploração de petróleo no Azerbaijão iraniano). Essas concessões conflitavam com os interesses econômicos e políticos da aliança anglo-americana para o pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a manutenção do controle naval britânico do Mediterrâneo e ao controle das reservas de petróleo do Oriente Médio, destinado à reconstrução econômica da Europa e à ampliação da máquina militar global norte-americana. A implementação da Doutrina Truman em 1947 visava conter a expansão da zona de influência soviética, até então limitada à Europa oriental e partes da Ásia, ao Oriente Médio e aos Bálcãs. Doutrinas subsequentes (Eisenhower e Nixon), por sua vez, objetivaram assegurar a hegemonia estadunidense na região do Oriente Médio e evitar a expansão de movimentos radicais que pudessem contestar o projeto anglo-americano para a região.

Nesse contexto, tanto a República da Turquia quanto o Estado Imperial do Irã se mostraram pilares essenciais para a doutrina de contenção no Oriente Médio após a crise de Suez e a retirada britânica da região. Ambos os países tinham em comum a localização estratégica importante no flanco meridional da União Soviética; uma falta de antagonismo imediato ao imperialismo britânico; receios quanto às intenções anexionistas soviéticas; certa sobreposição de interesses com o Ocidente no sentido de evitar a expansão da influência soviética e de movimentos nacionalistas radicais; e interesse de assumir maior responsabilidade pela segurança da região através de um “relacionamento especial” com os Estados Unidos que lhes proporcionasse auxílio financeiro e militar. A aliança com os Estados do *northern tier* e tornou de imensa relevância para os Estados Unidos conforme as disputas anglo-egípcias e árabe-israelenses contribuíam para afastar os Estados árabes do Ocidente.

Entretanto, do ponto de vista doutrinário, o pacto de Bagdá foi a aliança de menor sucesso de toda a Guerra Fria. Ela tornou-se praticamente inoperante a partir do golpe no Iraque em 1958 e extinguiu-se gradualmente durante as décadas posteriores com a guerra indo-paquistanesa de 1971, a invasão turca do Chipre em 1974, e finalmente a Revolução Iraniana em 1979. Uma série de fatores podem ser elencados para a falha da aliança: a participação direta do Reino Unido, ainda marcado pelo seu histórico imperialista na região; a baixa taxa de adesão e a não-participação dos Estados árabes, muitos dos quais responderam à criação da aliança aproximando-se da União Soviética; os conflitos entre membros do pacto e outros aliados ou parceiros

dos Estados Unidos (Turquia-Grécia; Paquistão-Índia); o processo da *détente*, com extensão para o Oriente Médio; e o sucesso da diplomacia soviética, a partir de Krushev e em diante, em normalizar as relações com a Turquia e o Irã. Dessa forma, o pacto de Bagdá (e a CENTO, por extensão) falhou em alcançar os objetivos que os Estados Unidos expuseram nas NSCs e impedir que a União Soviética obtivesse qualquer influência na região do Oriente Médio.

Grande parte dessa falha por parte dos Estados Unidos se deu devido à demora em compreender e reparar um erro de julgamento realizado pela administração Eisenhower: os Estados Unidos erroneamente associaram o pan-arabismo radical com um movimento convergente com o comunismo soviético. Na realidade, se tratava de movimentos nacionalistas pragmáticos que possuíam mais receios, quanto ao imperialismo britânico, do que com a disputa global entre as duas superpotências. Os Estados Unidos falharam em reconhecer as dinâmicas próprias do Oriente Médio e cometeram o erro de colocá-las nas suas doutrinas na mesma categoria do conflito Ocidente-Oriente.

Em grande parte, esse erro de julgamento surgiu devido à falta de uma ameaça comunista concreta no Oriente Médio. Após 1946, o risco de a região gravitar para a zona de hegemonia soviética era quase inexistente. Por outro lado, pode-se perceber que uma grande parte do aparato de contenção, criado pelos Estados Unidos para justificar a presença anglo-americana no Oriente Médio, se deu graças à sua necessidade de manter o acesso do bloco ocidental às valiosas reservas de petróleo da região, como aponta uma série de documentos analisados do Conselho de Segurança Nacional. Ademais, ações como o apoio ao Estado de Israel, o golpe contra o primeiro-ministro iraniano Mossadegh em 1953, e a intervenção no Líbano, em 1958, ajudaram a consolidar a imagem dos Estados Unidos não apenas como o sucessor da posição de liderança britânica no Oriente Médio, mas também como herdeiro de seu imperialismo. Esse fator levou ao aumento da propagação de movimentos radicais (tanto pan-arabistas quanto clericais) de tendência antiamericana.

O arranjo de defesa coletiva, construído a partir do *northern tier*, existiu por duas décadas, mas após a sua falha, foi substituído por negociações e acordos bilaterais com países específicos. A doutrina falhou não devido à suposta expansão do comunismo, mas por causa das crises domésticas, primeiro no Iraque em 1958, depois na Turquia e finalmente no Irã em 1979. Apesar de a retirada da União Soviética do Afeganistão em 1988 ter frustrado a tentativa de Moscou de expandir sua influência na Ásia do Sul, as consequências do fracasso do arranjo de defesa do *northern tier* e da CENTO demonstraram a inoperância dos blocos e a obsolescência das doutrinas norte-americanas e da política norte americana da Guerra Fria para o Oriente Médio e o Cáucaso, desde o início dos anos 70.

BIBLIOGRAFIA

BARRET, Roby C. **The Greater Middle east and the Cold War: US Foreign Policy under Eisenhower and Kennedy.** London: I.B. Tauris, 2007.

EUA. **National Security Council Report, NSC 68, United States Objectives and Programs for National Security.**[Washington], 14 abr. 1950. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116191.pdf?v=2699956db534c1821edefa61b8c13ffe>. Acesso-

em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-155: United States Objectives and Policies with Respect to the Near East.** Washington, 14 jul. 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1952-54v09p1/d145>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. **NSC-5428: United States Objectives and Policies with Respect to the Near East.** Washington, 23 jul. 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus-1952-54v09p1/d219>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-5820/1: U.S. Policy Toward the Near East.** Washington, 4 nov. 1958. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v12/d51>. Acesso em: 21 jul. 2020.

_____. **NSC-65: United States Policy Toward Arms Shipments to the Near East.** [Washington], 28 mar. 1950. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1950v05/d59>. Acesso em: 27 ago. 2020.

GADDIS, J. L. **The Cold War.** London: Penguin Books, 2005.

GADDIS, J. L. **We Now Know: Rethinking Cold War History.** New York: Oxford University Press, 1997.

KENNAN, G. F. **George Kennan's Long Telegram.** Moscou, 22 fev. 1946. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/116178>. Acesso em: 27 ago. 2020.

_____. **The Sources of Soviet Conduct.** Foreign Affairs, Nova York, v. 25, n. 4, 1947. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/russian-federation/1947-07-01/sources-soviet-conduct>. Acesso em: 14 jul. 2020.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945.** 3ª ed. Chapel Hill, The University of North Carolina Press: 2008.

_____. **From Even Handed to Empty Handed: Seeking Order in the Middle East.** In: PATERSON, Thomas G. **Kennedy's Quest for Victory: American Foreign Policy, 1961 – 1963.** Oxford: Oxford University Press, 1989.

OZKAN, Gokhan. **The US-Turkey Relationship During the Cold War: Alliance and Issues.** IPEDR, [S.l.], v. 44, 2012. Disponível em: <http://www.ipedr.com/vol44/015-ICSHH-2012-W00022.pdf>. Acesso em: 03 out. 2019.

PAINTER, David S. **Oil, resources, and the Cold War.** In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. **The Cambridge History of the Cold War, vol. 1.** Cambridge, Cambridge University Press: 2010. Cap. 23, p. 486 – 507.

PATERSON, Thomas G. **Fixation with Cuba: The Bay of Pigs, Missile Crisis, and Covert War against Fidel Castro.** In: PATERSON, Thomas G. *Kennedy's Quest for Victory: American Foreign Policy, 1961 – 1963.* Oxford: Oxford University Press, 1989.

TRUMAN, H. S. **President Harry S. Truman's Address Before A Joint Session of Congress, March 12, 1947.** Washington D.C., 12 mar. 1947. Discurso do presidente à uma sessão conjunta do Congresso. Disponível em: https://avalon.law.yale.edu/20th_century/trudoc.asp. Acesso em: 14 jul. 2020.

WOLFF, David. **Stalin's postwar border-making tactics.** Cahiers du monde russe, [S.l.], v. 2-3, n. 52, 2011. Disponível em: <http://journals.openedition.org/monderusse/9334>. Acesso em: 08 jun. 2020.

YESILBURSA, B. K. **The Baghdad Pact: Anglo-American Defence Policies in the Middle East, 1950 – 1959.** London: Frank Cass, 2005.

ÇALIŞ, ŞabanHalil. **Turkey's Cold War: Foreign Policy and Western Alignment in the Modern Republic.** London: I.B. Tauris, 2017.